

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2011

Pregão Eletrônico CNJ nº. 10/2011

A UNIÃO, por intermédio do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ, ÓRGÃO GERENCIADOR**, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília - Distrito Federal, CNPJ 07.421.906/0001-29, neste ato representado pela Diretora-Geral, **Helena Yaeco Fujita Azuma**, RG nº 3.714.235-5 SSP/SP e CPF nº 135.525.038-20, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 88, de 4 de maio de 2010 e o art. 3º, inciso XI, alínea “al”, da Portaria nº 112, de 4 de junho de 2010, considerando o julgamento do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2011, publicado no DOU do dia 15 de abril de 2011, e a respectiva homologação, conforme fls. 199 do Processo 342.517, RESOLVE registrar os preços de **MATERIAL IMPRESSO**, conforme as especificações constante do Anexo da presente Ata, da empresa **GC FERNANDES GRÁFICA E EDITORA LTDA. - ME**, CNPJ 06.271.777/0001-77, com sede no SIBS, Quadra 03, Conjunto C, Lote 17, Núcleo Bandeirante, Brasília – DF, CEP: 71.736-303, telefone (61) 3552-0237, neste ato representada pelo sua sócia, Sra. **Gilcelia Pereira da Costa**, RG 1.004.234 SSP/DF e CPF 384.913.891-72, doravante denominado **FORNECEDOR**, com fundamento nas Leis nºs 8.666/1993 e 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decretos nºs 3.931/2001 e 5.450/2005, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e em conformidade com as disposições a seguir.

1 – DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO: Esta Ata não obriga o **CNJ** a firmar contratações com o **FORNECEDOR**, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição dos bens registrados, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro, em igualdade de condições.

2 – DO PEDIDO DE FORNECIMENTO: A ordem de fornecimento será formalizada pelo **CNJ** mediante a emissão da nota de empenho, observadas as disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 10/2011.

2.1 – O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3 – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá à Seção de Material e Patrimônio do **CNJ**, competindo-lhe:

3.1 – Notificar a empresa registrada, via fax ou telefone, para a entrega do pedido, após a emissão da nota de empenho, informado as quantidades a serem entregues;

3.2 – Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.



4 – **DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DOS PREÇOS:** O preço registrado poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens, cujos preços foram registrados.

4.1 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Seção de Compras deverá convocar o **FORNECEDOR** a fim de negociar a redução do preço de forma a adequá-lo à média apurada.

4.2 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a empresa apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o **CNJ** poderá acolher o pedido, sem a aplicação de penalidade, mediante a confirmação da veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que o requerimento seja apresentado antes da expedição do pedido de fornecimento.

4.3 – Em qualquer hipótese, o preço decorrente da revisão não poderá ultrapassar o praticado no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do **FORNECEDOR** e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.

4.4 – Será considerado preço de mercado, o que for igual ou inferior à média daquele apurado pelo **CNJ**.

4.5 – A alteração de preço oriunda de revisão, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será publicada no Diário de Justiça Eletrônico.

5 – **DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** O **FORNECEDOR** terá o registro de preços cancelado:

5.1 – Por iniciativa da Administração ou do **FORNECEDOR**, em conformidade com as hipóteses do artigo 13 do Decreto nº 3.931/2001;

5.2 – Por iniciativa da Administração, quando o **FORNECEDOR** der causa à rescisão administrativa da nota de empenho decorrente deste registro de preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/1993;

5.3 – Por iniciativa do **FORNECEDOR**, mediante solicitação escrita, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV, XV e XVI, da Lei nº 8.666/1993.

5.4 – O cancelamento do registro de preços, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

5.5 – A notificação do cancelamento dos preços registrados será informada ao **FORNECEDOR** por meio de correspondência com aviso de recebimento, que deverá ser juntado no processo administrativo respectivo.

5.6 – No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do **FORNECEDOR**, a comunicação será feita por publicação no Diário de Justiça Eletrônico, considerando-se cancelado o preço registrado.

5.7 – A solicitação do **FORNECEDOR** para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com base nas previsões objetivas previstas neste instrumento ou motivo de força maior. O **FORNECEDOR** estará sujeito à aplicação das penalidades previstas, na hipótese do não acolhimento do pedido.

5.8 – Caso se abstenha da prerrogativa de cancelar a Ata, o **CNJ** poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o **FORNECEDOR** cumpra integralmente a condição contratual infringida.



5.9 – O cancelamento do preço registrado implica na cessação de todas as atividades do **FORNECEDOR** relativas ao respectivo registro.

5.10 – Nos casos em que o **FORNECEDOR** sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação deste instrumento desde que a execução da presente Ata não seja afetada e que o **FORNECEDOR** mantenha o fiel cumprimento dos termos deste documento e as condições de habilitação.

6 – **DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses contada a partir da data de sua assinatura.

7 – **DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** O extrato da presente Ata de Registro de Preços será publicado no Diário de Justiça Eletrônico, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993 e divulgada no portal da internet www.comprasnet.gov.br e no site www.cnj.jus.br.

8 – **DO FORO:** As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas na Justiça Federal/Seção Judiciária do Distrito Federal, com renúncia de qualquer outro.

E por estarem de acordo com as disposições contidas nesta Ata, assinam as partes o presente Instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Brasília, 19 de maio de 2011.

Pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**

Pelo **FORNECEDOR**


Helena Yaeco Fujita Azuma
Diretora-Geral


Kleber de Oliveira Vieira
Diretor-Geral Substituto
Conselho Nacional de Justiça


Gilcelia Pereira da Costa
Sócia

ANEXO ÚNICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2011

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº. 03/2011, celebrada entre o CNJ e a empresa **MATERIAL IMPRESSO**, cujos preços estão a seguir registrados, por item, em face da realização do Pregão Eletrônico nº. 10/2011.

Item	Descrição	Un	Qtde. Anual Estimada	Valor Unitário (R\$)
GRUPO 1				
1	Bloco para rascunho, medindo 32cm x 16cm, capa em papel kraft, 75g/m ² , com 100 folhas na cor branca, alta alvura, 75g/m ² , com impressão do Brasão Nacional e dos dizeres "CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA", impressão 1/0.	Bloco	300	1,60
2	Bloco para rascunho, medindo 23cm x 16cm, capa em papel kraft, 75g/m ² , com 100 folhas na cor branca, alta alvura, 75g/m ² , impressão do Brasão Nacional e dos dizeres "CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA", impressão 1/0.	Bloco	600	1,50
GRUPO 3				
8	Envelope em papel kraft natural, medindo 31cm x 41cm, 110g/m ² , abertura tipo saco, com impressão do Brasão Nacional, dos dizeres "CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA" e do endereço, impressão 1/1.	Un.	1.300	0,26
9	Envelope em papel kraft natural, 110g/m ² , medindo 37cm x 27cm, abertura tipo saco, com impressão do Brasão Nacional, dos dizeres "CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA" e do endereço, impressão 1/1.	Un.	15.400	0,14
10	Envelope circulação interna, papel kraft natural, med. 26cm x 36cm, 110g/m ² , contendo 20 linhas em ambas as faces, com espaçamento de 1cm entrelinhas, abertura tipo saco, fechamento com barbante e ilhós, impressão do Brasão Nacional, e dos dizeres "CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA", impressão 1/1.	Un.	3.000	0,21

